





ensiná-la. O debate que essa pergunta suscita sempre se refletiu também nas diferentes propostas curriculares elaboradas a nível nacional, estadual e municipal.

No Brasil, durante as décadas de 80 e 90 do século XX, após a redemocratização – décadas caracterizadas pela efervescência de movimentos sociais –, ocorreram diversos debates a respeito da História como conhecimento escolar e, assim, as novas propostas curriculares passaram a se preocupar

*com a prática pedagógica, com a atuação e desenvolvimento do aluno (visto, agora, como ativo no processo de aprendizagem), preocupando-se em introduzir noções e conceitos históricos a partir do cotidiano do aluno (CURALOV, 2012, p. 5).*

Embora, como já explicitado, não exista uma única resposta para a pergunta “Por que ensinar História?”, tais respostas passaram a apontar para um horizonte comum, corroborado também pelos parâmetros curriculares nacionais. Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu texto “Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história”, sintetiza bem esse novo horizonte delineado: para ele, as funções do ensino de História são a de alargamento do tempo e do espaço rumo a uma noção de humanidade, a de formar subjetividades, a desnaturalizar o presente, a de nos tornar menos resistente a mudanças e conscientes de uma coletividade, nos fazendo cidadãos que agem no espaço público a partir de sua consciência como sujeito histórico.

Além das respostas para a pergunta acima serem diversas, o lugar do ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental ainda suscita muitas polêmicas e discussões. O debate central é sobre em que medida as noções básicas de História – como as de tempo e espaço, de temporalidades, de presente, passado e futuro, de memória, imaginário e coletividade – podem ser assimiladas e apreendidas por alunos de sete a onze anos, embora essas noções básicas sejam o objetivo em si do ensino da disciplina nessas séries.

A despeito dos debates sobre a impossibilidade de se ensinar História para alunos de determinadas faixas etárias que partem do princípio de que não há condições cognitivas de abstração suficientes para a criança dominar alguns conceitos, como, por exemplo, o de tempo, sabe-se que:









